



abc
observatório
Agricultura de Baixo Carbono

Análise dos Recursos do Programa ABC

Finalidades de investimentos

Observatório do Plano ABC

SUMÁRIO EXECUTIVO

RELATÓRIO 3 – ANO 2





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
EVOLUÇÃO DO PROGRAMA ABC E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA O PRIMEIRO TRIMESTRE DA SAFRA 2014/15	4
ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRATADOS VIA BNDES DO PROGRAMA ABC	8
SAFRAS 2010/11 E 2011/12	8
SAFRA 2012/13	8
ANÁLISE DA SAFRA 2013/14	10
ANÁLISE DA SAFRA 2014/15 (ATÉ SETEMBRO DE 2014)	12
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS DO BNDES PARA O PROGRAMA ABC VERSUS ÁREAS PRIORITÁRIAS	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21



APOIO

Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA)

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Fundação Getulio Vargas (FGV)

Centro de Agronegócio (GV Agro), Escola de Economia de São Paulo (EESP)

COORDENADOR DO GV AGRO

Roberto Rodrigues

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Angelo Costa Gurgel

Cecília Fagan Costa

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces)

COORDENAÇÃO DO ESTUDO

Aron Belinky

Mario Monzoni

EQUIPE TÉCNICA DO ESTUDO

Annelise Vendramini

Fernanda Casagrande Rocha

Susian Christian Martins

EDIÇÃO DO TEXTO: Maura Campanili

EDIÇÃO DE ARTE: Marco Antonio Rodrigues

PROJETO GRÁFICO: Miolo Editorial

Dezembro – 2014

OS RESULTADOS DESTES RELATÓRIOS NÃO NECESSARIAMENTE REFLETEM A OPINIÃO DA CLUA OU DE SEUS AFILIADOS.

INTRODUÇÃO

Este é o terceiro de uma série de quatro relatórios que compõem, entre outras, as atividades do segundo ano de trabalho de Observatório do Plano ABC. Seu principal objetivo é analisar quantitativamente e qualitativamente o desempenho – desembolso – do Programa ABC, principal linha de crédito para o financiamento da agricultura de baixa emissão de carbono no Brasil. Além de trazer as atualizações referentes ao primeiro trimestre da safra 2014/15, traz também uma visão focada nos recursos contratados via BNDES e nas finalidades de investimentos às quais se destinam.

O Observatório do Plano ABC visa engajar os diferentes setores da sociedade brasileira na transição para uma agricultura de baixa emissão de carbono, monitorando as ações do Plano e do Programa ABC e desenvolvendo estudos técnicos para subsidiar e facilitar o diálogo com *stakeholders*. Por sua vez, o Plano ABC prevê o desenvolvimento do setor agropecuário baseado na baixa emissão de carbono na atmosfera, apontando uma série de alternativas produtivas e tecnológicas para o produtor rural brasileiro. Representa um dos nove planos setoriais com diretrizes para que o Brasil atenda o compromisso voluntário na mitigação de suas emissões de gases do efeito estufa. O Programa ABC, objeto de análise deste relatório, é

a linha de crédito associada ao Plano ABC e oferece condições melhores de financiamento ao produtor que deseja incorporar as tecnologias de produção menos emissoras em carbono em sua propriedade.

Os dados utilizados para a análise da seção 1 são oriundos do Banco Central (BACEN), com o qual o Observatório ABC estabeleceu uma parceria de compartilhamento da base do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR), que agrega as operações de crédito rural no Brasil. Já na seção 2, os dados são oriundos de planilhas cedidas diretamente pelo BNDES ao Observatório ABC, já que o SICOR não contempla as finalidades de investimentos das operações. O Observatório ABC agradece ao Banco Central e ao BNDES pelo fornecimento das informações, que possibilitam uma análise mais completa dos resultados do Programa ABC e contribuem para uma maior transparência e melhor governança da linha.

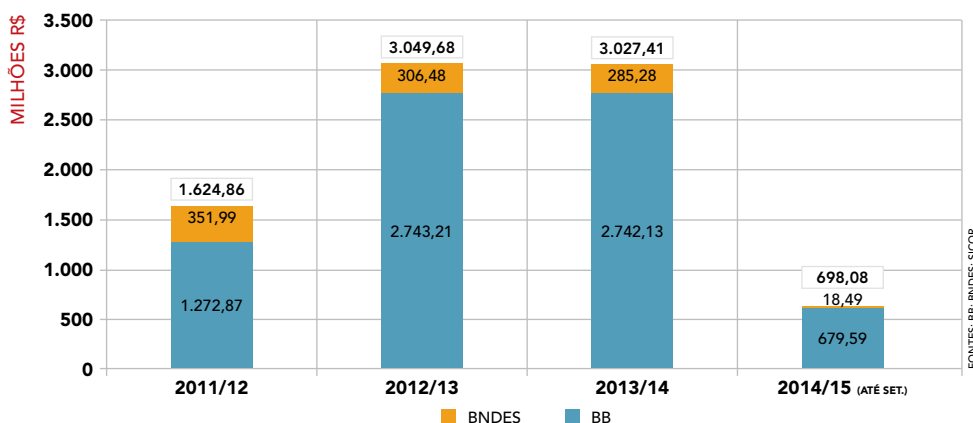
A primeira seção apresenta os principais resultados das safras 2011/12, 2012/13, 2013/14 e uma atualização sobre os três primeiros meses da safra 2014/15 (julho, agosto e setembro). A segunda seção traz uma análise com enfoque nos recursos contratados via BNDES e nas finalidades de investimentos financiadas. Por fim, são apresentadas considerações finais sobre os resultados atuais do Programa ABC.

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA ABC E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA O PRIMEIRO TRIMESTRE DA SAFRA 2014/15

inicia-se um novo ano-safra para as contratações para o Programa ABC, a safra 2014/15. Para este período, foi prevista no Plano Agrícola e Pecuário (PAP 2014/15) a aplicação de R\$ 4,5 bilhões em técnicas produtivas de baixa emissão de carbono no campo, via a linha de crédito de investimento Programa ABC. O crédito para esta safra é financiado a 5% ao ano para produtores rurais com renda bruta anual acima de R\$ 1,6 milhão e a 4,5% ao ano para produtores rurais com renda bruta anual até R\$ 1,6 milhão, e prazo de reembolso de até quinze anos.

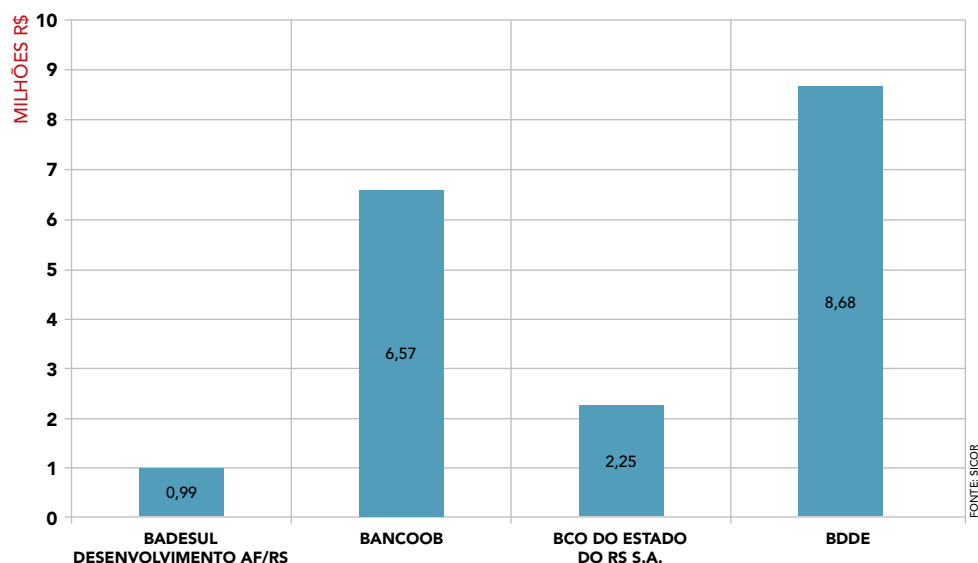
O total de operações contratadas para o primeiro trimestre de 2014/15 foi de R\$ 698 milhões, sendo R\$ 679 milhões desembolsados via BB e R\$ 18,5 milhões via BNDES (Figura 1). Como nas safras anteriores, a tendência para 2014/15 é que o BB continue sendo o protagonista na contratação dos recursos para o Programa.

FIGURA 1 VALOR TOTAL CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NAS SAFRAS 2011/12, 2012/13, 2013/14 E 2014/15 (ATÉ SETEMBRO)



Das operações contratadas via BNDES, destaca-se, nesse período da safra, a participação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) como agente repassador de recursos (Figura 2), com R\$ 8,67 milhões contratados para o Programa ABC.

FIGURA 2 VALOR CONTRATADO DE OPERAÇÕES VIA BNDES PARA A SAFRA 2014/15 (ATÉ SETEMBRO)



No que diz respeito à fonte de recursos utilizada aos repasses do Programa ABC, tem-se a relevância da participação da Poupança Rural no desembolso total, respondendo por 92% dos desembolsos. Indubitavelmente, isso se deve à participação do BB no resultado da linha, e, ao somar o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – também sob a gestão do banco –, sua participação sobe para 97% do total desembolsado. O BNDES contribuiu com apenas 3% do total.

Com relação à distribuição regional do recurso contratado no primeiro trimestre da safra 2014/15, assim como nas safras anteriores, novamente as regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que mais captaram os recursos do Programa ABC, com 33% do total contratado cada uma. A região que menos captou, com 9% do total, foi a Norte. As regiões Sul e Nordeste contrataram, respectivamente, 13% e 12% do total dos recursos. Ao comparar esse desempenho com os anos-safra anteriores, percebe-se que a região Nordeste teve um leve avanço em relação ao Norte, inversamente ao ocorrido nos períodos anteriores (Figura 3).

Quando se compara a participação das regiões no total das contratações do Programa ABC dos três primeiros meses de 2014/15 aos períodos anteriores, nota-se um pequeno avanço nas regiões Sul, de 10% para 13%, e Nordeste, de 8,9% para 12,2% (Figura 4). No entanto, os números, até o momento, mostram que a tendência do recurso de se concentrar nas regiões Sudeste e Centro-Oeste permanece, indicando a presença de rede de assistência técnica mais ramificada e atuante nestas duas regiões.

FIGURA 3 VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NAS REGIÕES CENTRO-OESTE, NORTE, NORDESTE, SUL E SUDESTE NAS SAFRAS 2011/12, 2012/13, 2013/14 E 2014/15 (ATÉ SETEMBRO)

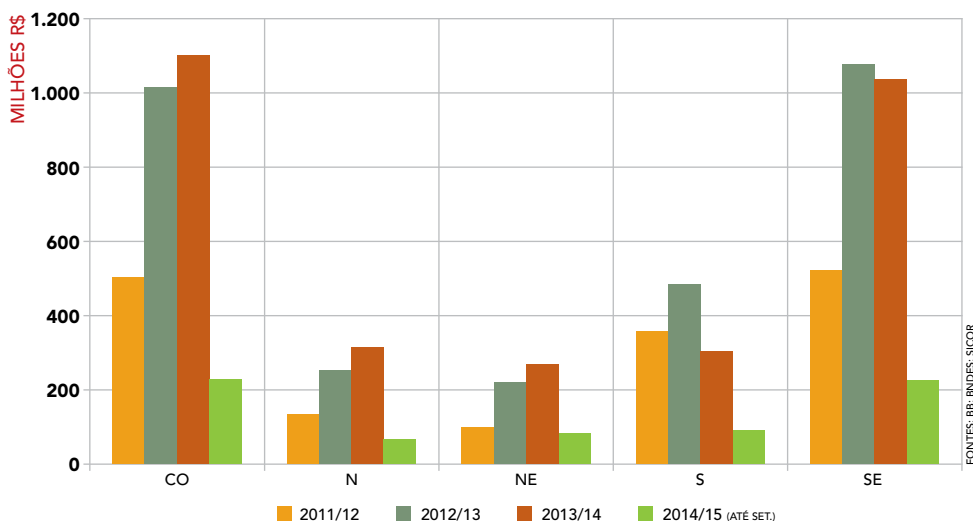
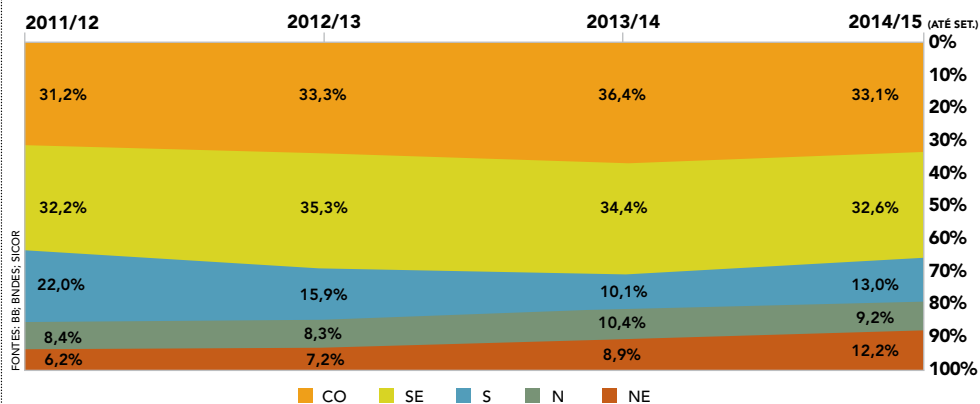
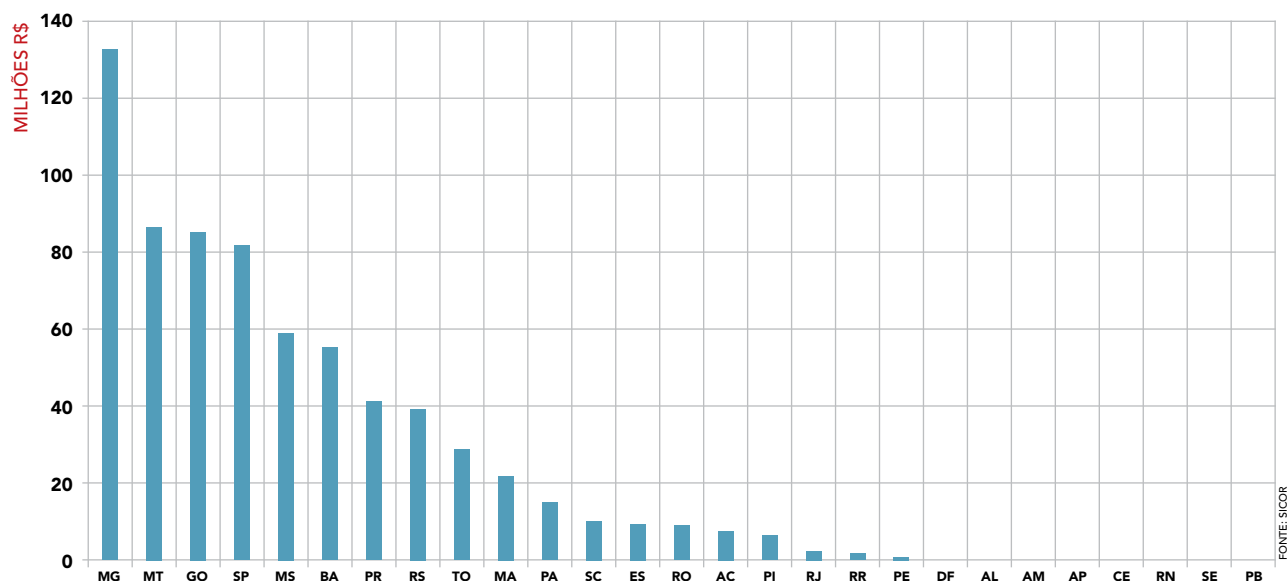


FIGURA 4 PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NAS SAFRAS 2011/12, 2012/13, 2013/14 E 2014/15 (ATÉ SETEMBRO)



Sob a perspectiva estadual, novamente, Minas Gerais sai na frente na contratação do recurso destinado ao Programa ABC, resultado de uma série de atividades conduzidas no âmbito de pesquisas sinérgicas às questões envolvidas no Plano Estadual ABC e na Política Estadual de Mudança do Clima de Minas Gerais, que incentivam a adoção do Programa ABC por parte dos produtores rurais. Além disso, o estado conta com forte atuação do Grupo Gestor Estadual frente às ações diretas e transversais relacionadas aos produtores rurais e assistência técnica, acarretando amplo conhecimento das técnicas e seus benefícios (sobretudo aumento de produtividade, maior competitividade no mercado e retorno financeiro). No entanto, o estado de São Paulo, que, há três safras, estava na segunda colocação, está, em 2014/15 (primeiro trimestre), na quarta posição, desembolsando um total de R\$ 82 milhões (Figura 5).

FIGURA 5 PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NO TOTAL DE RECURSOS CONTRATADOS PARA O PROGRAMA ABC NA SAFRA 2014/15 (ATÉ SETEMBRO)



Dos R\$ 4,5 bilhões disponibilizados via PAP 2014/15 para aplicação no Programa ABC, foram contratados, no primeiro trimestre do período, 16% dos recursos. Segundo informações da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos dois primeiros meses da safra 2014/15 (julho e agosto), o Programa ABC respondeu por R\$ 425,1 milhões, superior 77% em relação ao mesmo período da safra anterior, 2013/14, que foi de R\$ 240 milhões. Há, portanto, pela primeira vez, uma oportunidade para contratação total dos recursos disponibilizados para o financiamento da agricultura de baixo carbono no Brasil no ano-safra vigente, sendo que ainda faltam nove meses para o fechamento da safra¹.

¹ EM NENHUM ANO-SAFRA, DESDE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ABC, FORAM CONTRATADOS INTEGRALMENTE OS RECURSOS DISPONIBILIZADOS, CONFORME PODE SER VERIFICADO EM RELATÓRIOS ANTERIORES DO OBSERVATÓRIO ABC.

ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRATADOS VIA BNDES DO PROGRAMA ABC

Este capítulo tem como principal objetivo analisar quantitativa e qualitativamente o desempenho do Programa ABC, por meio de um aprofundamento dos recursos contratados via BNDES, por finalidade de investimentos, nas cinco regiões brasileiras. Os dados apresentados neste capítulo possuem fonte diferente dos dados do capítulo 1, uma vez que o SICOR não contempla finalidades de investimentos em sua base. O aprimoramento do SICOR, com a inclusão das finalidades de investimentos, está previsto para ocorrer em 2015. Os dados a seguir estão apresentados de acordo com arquivos enviados diretamente pelo BNDES, mediante um convênio firmado com o Observatório ABC no início de 2014.

SAFRAS 2010/11 E 2011/12

Vale ressaltar que parte dos dados recebidos para as safras 2010/11 e 2011/12 não possuem classificação específica por finalidade de investimentos. Portanto, para esses períodos, é detalhada apenas a distribuição do recurso por regiões. A partir da safra 2013/14, o BNDES passou a classificar suas operações de acordo com a finalidade de investimentos e contribuiu, assim, para a melhoria da governança do recurso desembolsado.

Na safra 2010/11, foram disponibilizados R\$ 2 bilhões para o financiamento da agricultura de baixo carbono, dos quais foram contratados pelo BNDES apenas R\$ 418 milhões, no entanto sem maiores informações acerca das finalidades de investimentos e da distribuição espacial (municípios, estados e regiões).

Na safra 2011/12, foram disponibilizados R\$ 2,3 bilhões do Programa ABC para o BNDES, dos quais foram contratados R\$ 352 milhões (Tabela 1). As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul estão acima no *ranking* de contratação, nesta ordem, seguidas pelas regiões Norte e Nordeste, em ordem decrescente. Conforme dito anteriormente, para a safra 2011/12, não há dados desagregados por finalidade de investimentos dos recursos repassados pelo BNDES.

TABELA 1 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC COM RECURSOS BNDES NA SAFRA 2011/12

SAFRA/REGIÃO	CENTRO-OESTE (R\$)	NORTE (R\$)	NORDESTE (R\$)	SUL (R\$)	SUDESTE (R\$)	TOTAL (R\$)
2011/12	111.623.790	31.319.369	10.309.959	84.600.344	114.139.185	351.992.649

Fonte: BNDES

SAFRA 2012/13

Na safra 2012/13, foi disponibilizado R\$ 1,9 bilhão do Programa ABC para o BNDES, do qual foram contratados R\$ 306,5 milhões. Deste montante contratado, as regiões Centro-Oeste e Sudeste foram responsáveis, conjuntamente, por 62,4% (praticamente metade deste montante para cada região), enquanto a região Sul, por 28,4%; a região Norte, por 6,5%; e, por fim, a região Nordeste, por apenas 2,8% (Tabela 2).

Com relação às finalidades de investimentos financiadas nesse ano-safra, destacou-se a recuperação de pastagem, com 54% do total dos recursos contratados (Tabela 2), sobretudo na região Centro-Oeste, seguida pela região Sudeste. Ocorreu o financiamento para recuperação de pastos com recursos do Programa ABC em todas as regiões do País, o que é coerente com a necessidade de recuperação de mais de 50 milhões de hectares de pastos degradados existentes no País (Observatório ABC, 2013).

O plantio de florestas está em segundo lugar no *ranking* de contratação do Programa ABC na safra 2012/13, com R\$ 57,7 milhões, principalmente nas regiões Sudeste e Sul e, em menor montante, na região Centro-Oeste; as demais regiões não contrataram recursos do ABC para esse fim. Na terceira posição do *ranking*, está a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF), com destaque para a região Sul, que captou 83,2% do total. Em contrapartida, a região Norte não captou recursos para iLPF nesse período.

Com relação ao plantio direto, quarto lugar no *ranking*, as regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste apresentaram contratações semelhantes e nesta ordem de posições, seguidas pela região Nordeste, porém a região Norte, novamente, não captou recursos para tal finalidade. As finalidades de investimentos de menor expressão na safra 2012/13 foram o tratamento de dejetos animais (0,35% do total contratado nas regiões Sul e Sudeste) e cultivo de lavouras orgânicas (com apenas R\$ 62 mil contratados na região Sul) – Tabela 2.

É importante destacar que, na safra 2012/13, não foram realizadas operações para fixação biológica de nitrogênio (FBN) via BNDES, técnica agropecuária preconizada no Plano ABC com o objetivo de reduzir a aplicação de adubo nitrogenado e, consequentemente, as emissões de N₂O (que possui poder de aquecimento 296 vezes maior do que o CO₂). Além do mais, apesar do pequeno montante de recursos destinados ao plantio de orgânicos, o mesmo não faz parte do grupo de tecnologias preconizadas pelo Plano ABC, e, portanto, o seu financiamento não irá influenciar positivamente nas metas de redução de emissões de GEE da agropecuária firmadas na COP-15².

Grande parte dos recursos do BNDES para o Programa ABC concentrou-se nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. As primeiras duas regiões apresentaram porcentagens de participação semelhantes, cerca de 31% cada uma, e a última região, cerca de 28%, totalizando mais de 90% do total contratado (Tabela 2). Isso demonstra que regiões prioritárias do Norte e do Nordeste captaram baixíssimos recursos para a implantação das tecnologias do Programa ABC, como, por exemplo, a região pecuária do estado do Pará, prioritária para a recuperação de pastagens e implantação de sistemas integrados de produção, como o de iLP e iLPF (São Félix do Xingu, por exemplo, no sudeste do Pará, apresenta o terceiro maior efetivo bovino do Brasil; e, além do mais, o estado do Pará apresenta, em sua grande maioria, pastagens com baixa capacidade de suporte – abaixo de 0,7 UA). Mais detalhes sobre a distribuição espacial dos recursos do BNDES para o Programa ABC *versus* áreas prioritárias para a alocação destes recursos, de acordo com as finalidades de investimentos, serão descritos na seção 3.

² ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTA RELATÓRIO, O MONITORAMENTO DO CARBÔNIO MITIGADO PELA IMPLANTAÇÃO DO PLANO E PROGRAMA ABC NÃO FOI INICIADO.

TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC COM RECURSOS BNDES NA SAFRA 2012/13

SAFRA 2012/13						*SC: SEM CONTRATAÇÃO
FINALIDADE/REGIÃO	CENTRO-OESTE (R\$)	NORTE (R\$)	NORDESTE (R\$)	SUL (R\$)	SUDESTE (R\$)	TOTAL (R\$)
ABC FLORESTAS	3.451.712	SC*	SC	20.222.959	33.996.659	57.671.331
ABC INTEGRAÇÃO	2.305.305	SC	2.000.000	37.857.888	3.317.649	45.480.844
ABC ORGÂNICO	SC	SC	SC	62.000	SC	62.000
ABC PLANTIO DIRETO	10.676.734	SC	4.487.808	12.087.308	9.556.928	36.808.780
ABC RECUPERAÇÃO	79.373.182	19.646.834	2.006.572	16.240.775	48.110.678	165.378.042
ABC TRAT. DE DEJETOS	SC	SC	SC	677.151	400.000	1.077.151
TOTAL GERAL	95.806.934	19.646.834	8.494.380	87.148.083	95.381.916	306.478.149

FONTE: BNDES

ANÁLISE DA SAFRA 2013/14

Na safra 2013/14, houve uma redução do total de recursos do Programa ABC disponibilizado para o BNDES, caindo de 1,9 bilhão para R\$ 500 milhões. Essa alteração deu-se devido à maior participação do BB nas contratações do Programa ABC nos anos-safra anteriores. Houve também uma queda no montante contratado via BNDES, chegando a apenas R\$ 200,23 milhões (Tabela 3).

Novamente, a recuperação de pastagens apareceu em destaque no total contratado para o Programa ABC na safra 2013/14, com 70% do montante total (Tabela 3), principalmente na região Centro-Oeste, com quase 40% do total contratado. As regiões Sul e Nordeste ficaram praticamente empatadas no *ranking* de contratação de recursos do ABC para recuperação de pastagens, ambas com aproximadamente R\$ 26 milhões; em seguida, apareceu a região Sudeste, e, em último lugar, a região Norte.

No entanto, na safra 2013/14, os financiamentos para o plantio direto e iLPF passaram à frente do plantio de florestas, ocupando os segundo e terceiro lugares, respectivamente, no *ranking* de contratação do Programa ABC com recursos do BNDES (Tabela 3). Os recursos do BNDES para o plantio direto concentraram-se, em mais de 50%, na região Sudeste, porém todas as regiões captaram recursos para tal finalidade na safra 2013/14. E, apesar do financiamento para integração (iLPF) estar em terceiro lugar no *ranking*, apenas as regiões Sudeste e Sul captaram esses recursos, sendo que 99,7% foram para a região Sudeste. Esse cenário para iLPF na safra 2013/14 foi o inverso do observado na safra anterior, em que, com exceção da região Norte, todas as regiões captaram o recurso, com maior concentração na região Sul (Tabela 2).

O financiamento para o plantio de florestas concentrou-se, basicamente, nas regiões Sudeste e Sul, e um pequeno montante na região Centro-Oeste. As regiões Norte e Nordeste novamente não captaram recursos para tal finalidade (Tabela 3).

Pela primeira vez, foi contratado o ABC Ambiental, porém apenas na região Sul, e ele representou 0,57% do total de recursos contratados para o Programa ABC com recursos do BNDES na safra 2013/14 (Tabela 3). É importante salientar que o ABC Ambiental financia práticas que não fazem parte do Plano ABC, mas, como corres-

ponde a uma pequena parcela do total de contratos aprovados, não compromete de forma significativa a quantidade de recurso que deve ser alocada para as práticas do Plano ABC visando ao atingimento das metas de redução de GEE até 2020. Segundo normas do BNDES, são financiados pelo ABC Ambiental a adequação ou regularização das propriedades rurais à legislação ambiental (como recuperação de Reserva Legal e de Áreas de Preservação Permanente) e a implantação de planos de manejo florestal sustentável.

Essa linha de crédito teve origem nas extintas linhas PRODUSA (Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável) e PROFLORA (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas), que foram incorporadas ao Programa ABC na safra 2011/12, pois, segundo o Ministério da Agricultura, estas duas linhas apresentavam grande sinergia com o Programa ABC. A baixa atratividade do ABC Ambiental refere-se ao fato de que esta linha de crédito financia atividades que não geram retorno financeiro imediato como os produtos agropecuários (grãos, carnes etc). Com o avanço do CAR (Cadastro Ambiental Rural), do PRA (Plano de Regularização Ambiental) e do comércio de CRAs (Cotas de Reserva Ambiental), previstos no Código Florestal, a tendência é que o desembolso para o ABC Ambiental aumente, mas, para a sua efetividade, é necessário que ele seja atrelado ao monitoramento do carbono mitigado, que não ocorre até o momento.

O financiamento para o tratamento de dejetos animais apareceu na última colocação na safra 2013/14 e representou apenas 0,32% do total contratado para o Programa ABC, e as regiões que captaram, em ordem decrescente, foram a Sudeste, a Centro-Oeste e a Sul (Tabela 3). A região Sul, importante produtor de suínos e aves, sobretudo no estado de Santa Catarina, captou apenas 6,5% do total de recursos contratados para o tratamento de dejetos animais. Isso demonstra a discrepância entre a distribuição do recurso e a real necessidade de cada região ou estado do País. Conforme informado pelo Grupo Gestor Estadual (GGE) de Santa Catarina durante a safra 2013/14, o principal entrave para o avanço no desembolso do crédito ABC para tratamento de dejetos animais no estado foi a falta de equipamentos biodigestores no mercado que evitassem a sazonalidade da temperatura em seu interior a preços competitivos. Uma alternativa seria estimular a compra destes equipamentos por três a quatro produtores conjuntamente, para minimizar os custos e garantir o alcance da meta de tratamento de dejetos animais até 2020.

É importante destacar que, novamente, assim como na safra 2012/13, não foram alocados recursos para a FBN (Tabelas 2 e 3).

Por fim, na safra 2013/14, houve uma mudança nas porcentagens de participação regional no total de recursos contratados, com maior distanciamento das regiões Centro-Oeste e Sudeste e um crescimento da participação da região Nordeste, porém o total contratado para o Programa ABC com recursos do BNDES diminuiu de R\$ 306 milhões, na safra 2012/13 (Tabela 2), para R\$ 200 milhões, na safra 2013/14 (Tabela 3).

TABELA 3 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC COM RECURSOS BNDES NA SAFRA 2013/14

SAFRA 2013/14						*SC: SEM CONTRATAÇÃO
FINALIDADE/REGIÃO	CENTRO-OESTE (R\$)	NORTE (R\$)	NORDESTE (R\$)	SUL (R\$)	SUDESTE (R\$)	TOTAL (R\$)
ABC AMBIENTAL	SC*	SC	SC	1.132.000	SC	1.132.000
ABC FLORESTAS	545.315	SC	SC	5.087.588	6.151.262	11.784.165
ABC INTEGRAÇÃO	SC	SC	SC	64.641	21.313.123	21.377.764
ABC PLANTIO DIRETO	3.543.634	3.600.000	1.126.174	3.431.594	13.467.311	25.168.713
ABC RECUPERAÇÃO	76.426.030	800.000	25.599.313	26.448.395	10.852.791	140.126.529
ABC TRAT. DE DEJETOS	239.227	SC	SC	41.523	356.480	637.230
TOTAL GERAL	80.754.206	4.400.000	26.725.487	36.205.741	52.140.967	200.226.401

FONTE: BNDES

ANÁLISE DA SAFRA 2014/15 (ATÉ SETEMBRO DE 2014)

Para a análise da safra 2014/15, não foi feita comparação com as análises das safras anteriores, uma vez que, até a publicação do presente relatório, foram disponibilizados pelo BNDES dados até setembro/2014 (3 meses da safra).

Nos três primeiros meses da safra 2014/15, foram observados financiamentos apenas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nesta ordem, principalmente para plantio direto (70% do total contratado apenas na região Sul). Em seguida, aparece o financiamento para a recuperação de pastagens nas três regiões contempladas; para o plantio de florestas, na região Sul; e, por fim, o tratamento de dejetos na região Sudeste (Tabela 4).

TABELA 4 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC COM RECURSOS BNDES NA SAFRA 2014/15 (ATÉ SETEMBRO DE 2014)

SAFRA 2014/15				*SC: SEM CONTRATAÇÃO
FINALIDADE/REGIÃO	CENTRO-OESTE (R\$)	SUDESTE (R\$)	SUL (R\$)	TOTAL (R\$)
ABC FLORESTAS	SC*	SC	259.153	259.153
ABC PLANTIO DIRETO	SC	SC	4.158.298	4.158.298
ABC RECUPERAÇÃO	400.000	837.370	73.141	1.310.511
ABC TRAT. DE DEJETOS	SC	212.630	SC	212.630
TOTAL GERAL	400.000	1.050.000	4.490.593	5.940.593

FONTE: BNDES

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS DO BNDES PARA O PROGRAMA ABC VERSUS ÁREAS PRIORITÁRIAS

Esta seção tem como objetivo analisar a distribuição espacial dos recursos do BNDES para o Programa ABC *versus* as áreas prioritárias para a sua alocação, de acordo com as finalidades de investimentos. As safras analisadas neste capítulo são as de 2012/13, 2013/14 e 2014/15, pois, como dito anteriormente, não há dados sobre finalidades de investimentos para os períodos de 2010/11 e 2011/12. Foram selecionadas as finalidades com relação direta com as atividades pecuária e agrícola e, também, bem colocadas no *ranking* de captação de recursos. São elas: recuperação de pastos, iLP/iLPF e sistema de plantio direto.

No caso da recuperação de pastagens, observa-se que os recursos do BNDES para tal finalidade de investimentos concentraram-se, principalmente, nos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás e em poucos municípios do oeste da Bahia, São Paulo e Paraná, sudoeste do Rio Grande do Sul, oeste e nordeste de Minas Gerais, sudeste do Pará e norte e sul do Tocantins (Figura 6).

Nesse caso, algumas regiões prioritárias para a recuperação de pastagens não foram atendidas pelo Programa ABC com recursos do BNDES nas safras analisadas, uma vez que, sobretudo as regiões Norte e Nordeste, com grandes extensões de pastagem com baixa capacidade de suporte, praticamente não receberam investimento³. Também merecem prioridade as microrregiões no Norte Araguaia, no Mato Grosso, São Félix do Xingu, no Pará, e a porção centro-sul de Minas Gerais, que apresentam um alto efetivo bovino (2,0 a 3,5 milhões de cabeças de gado), combinado a grandes extensões de pastagens degradadas (dados de área do Censo IBGE, 2006). Estas áreas deveriam ser um dos focos principais do Programa ABC para a recuperação de pastagens. Além do mais, a recuperação da pastagem proporciona ao sistema um maior estoque de carbono quando comparada a um pasto degradado, uma vez que o sistema radicular das forrageiras, naquela condição, é mais abundante, e o acúmulo de matéria orgânica no solo diminui as perdas de CO₂ para a atmosfera.

Em relação à implantação de sistemas integrados (iLP/iLPF)⁴, nota-se uma alta concentração dos recursos no sul do Rio Grande do Sul e em poucos municípios isolados, sobretudo no oeste da Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso, centro-norte do Mato Grosso do Sul e sul do Paraná (Figura 7). A alocação de recursos para a implantação de sistemas integrados deveria ser priorizada nas áreas de pastagens degradadas; no entanto, o que se observa é uma grande lacuna na aplicação destes recursos.

O potencial de armazenamento de carbono no solo e biomassa, bem como a diminuição das emissões de metano pela fermentação entérica do gado devido à dieta

³ EM ESTUDOS ANTERIORES DO OBSERVATÓRIO ABC E DISPONÍVEIS NO SITE WWW.OBSERVATORIOABC.COM.BR, PODE SER ACESSADO O MAPA DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE PASTAGENS DEGRADADAS NO BRASIL (COM CAPACIDADE DE SUPORTE MENOR DO QUE 0,7 UNIDADE ANIMAL POR HECTARE).

⁴ OS SISTEMAS iLP E iLPF SÃO ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS QUE INTEGRAM, NA MESMA ÁREA, ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS, EM CULTIVO CONSORCIADO, EM SUCESSÃO OU ROTACIONADOS. BUSCAM EFEITOS SINÉRGICOS ENTRE OS COMPONENTES DO AGROECOSSISTEMA.

de melhor qualidade, com a implantação da iLP/iLPF, é um dos principais benefícios do sistema integrado, uma vez que isso melhora as condições físicas, químicas e biológicas do solo. Adicionalmente, a resposta do aumento do estoque de carbono no solo é lenta. Considerando que, num intervalo de dez anos, seria possível atingir o valor médio da diferença entre o estoque de carbono em pastos degradados e o estoque de carbono em pastos bem manejados de, aproximadamente, 10 toneladas de carbono por hectare; é possível evitar as emissões em aproximadamente 144 milhões de toneladas CO₂ equivalente caso sejam recuperados 4 milhões de hectares de pastagem degradada com a implantação do sistema iLP⁵. Apenas com a iLP/iLPF o setor agropecuário poderia atingir as suas metas de mitigação até 2020; no entanto, é importante ressaltar que o monitoramento do carbono efetivamente mitigado ainda não está em curso.

Apesar das lacunas de aplicação de recursos do BNDES identificadas nessa análise espacial, é importante destacar que outras áreas prioritárias para recuperação de pastagens foram contempladas pelo montante destinado a este fim, como, por exemplo, nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás (Figura 6), que apresentam áreas de pastagens com baixa capacidade de suporte e alta quantidade de bovinos.

Por fim, essas ações tecnológicas – recuperação de pastos e implantação de iLP/iLPF – podem reduzir as emissões de GEE no setor pecuário e potencializar sua competitividade diante das exigências de mercado relativas à competição com a agricultura, à valorização da terra, à desvalorização do boi gordo⁶ e ao aumento dos custos de produção, bem como podem alavancar o aumento da eficiência na pecuária. Ademais, o cenário de desembolso do Programa ABC com recursos do BNDES, no que diz respeito à finalidade financiada, no geral, está alinhado com as necessidades do Plano ABC, uma vez que a recuperação de pastagem é a tecnologia com maior potencial de mitigação de GEE (mais de 60% do compromisso nacional da agropecuária até 2020), frente à grande área de atuação no Brasil (mais de 50 milhões de pastos degradados).

⁵ O PLANO ABC TEM COMO OBJETIVO A AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS ILP E ILPF EM 4 MILHÕES DE HECTARES ATÉ 2020.

⁶ BOI GORDO É O BOVINO MACHO COM NO MÍNIMO 16 ARROBAS LÍQUIDAS DE CARÇA E IDADE MÁXIMA DE 42 MESES (BM&FBOVESPA, 2011).

FIGURA 6. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS DO BNDES PARA A RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS NAS SAFRAS 2012/13, 2013/14 E 2014/15 (ATÉ SETEMBRO DE 2014)

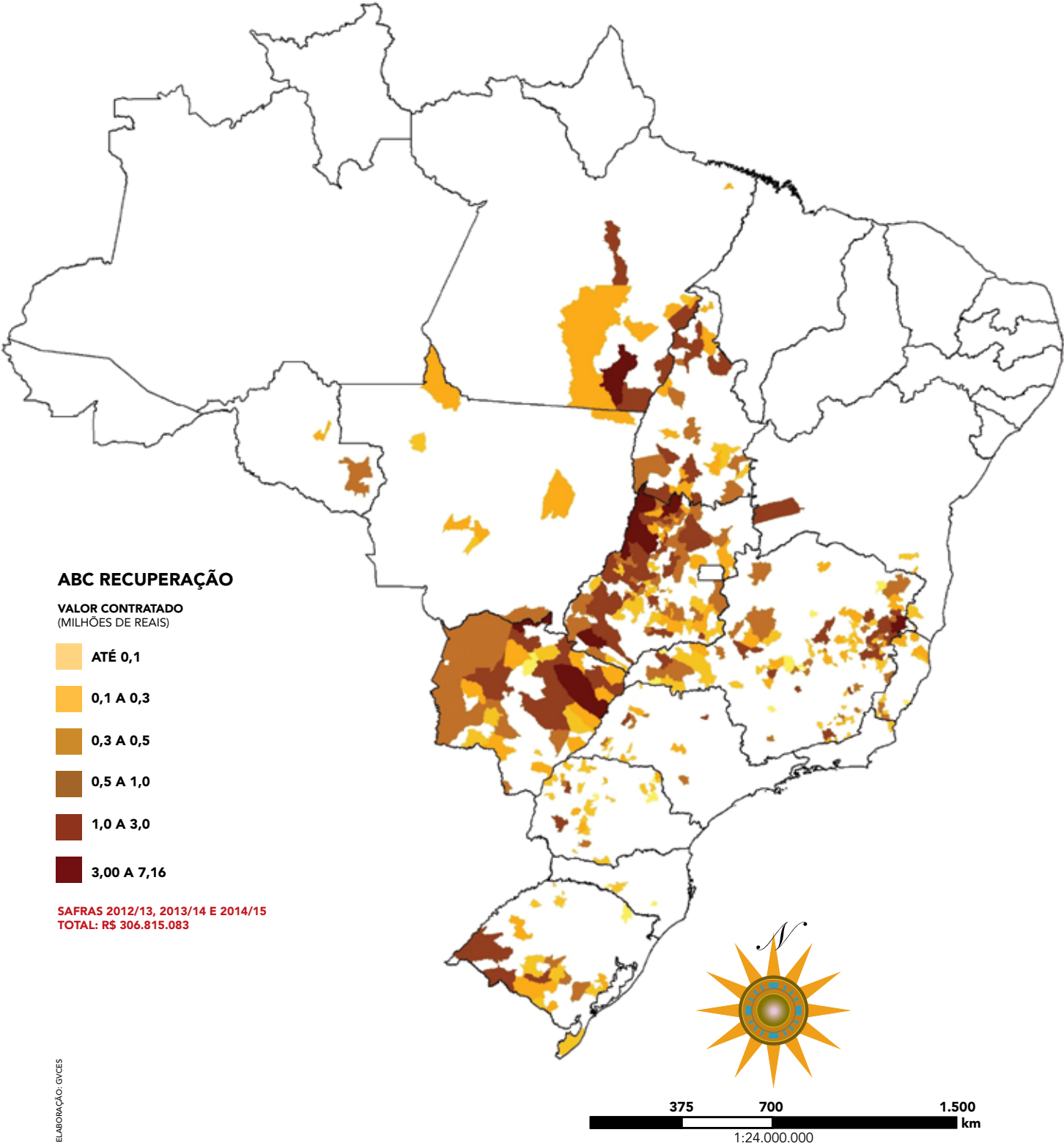
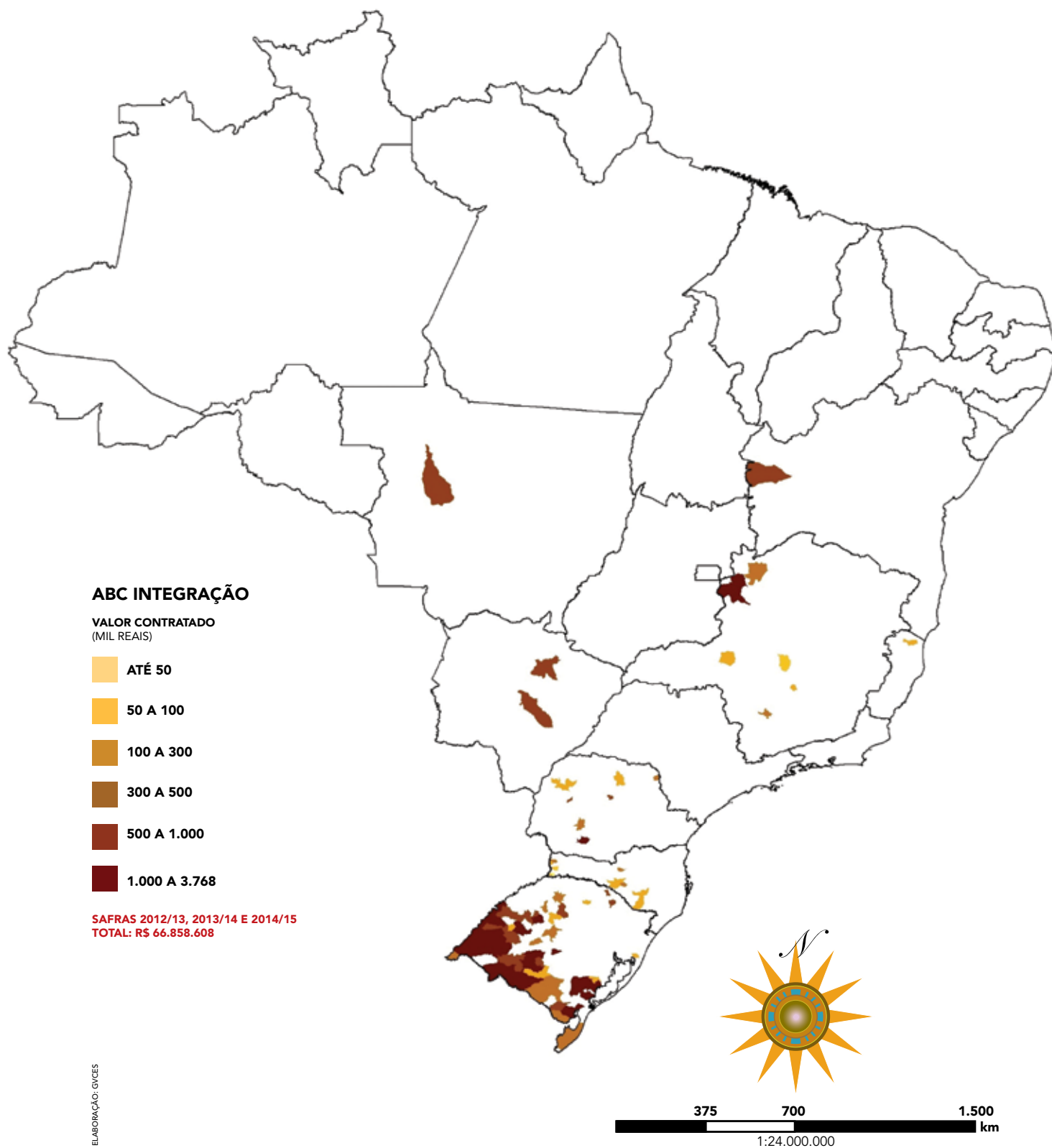


FIGURA 7. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS DO BNDES PARA A ILP/ILPF NAS SAFRAS 2012/13, 2013/14 E 2014/15 (ATÉ SETEMBRO DE 2014)



Analisando a distribuição espacial dos recursos do BNDES para o sistema de plantio direto (SPD), observa-se que os mesmos ficaram concentrados em poucos municípios do País, especificamente no oeste da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no sul do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás e na porção central do Paraná (Figura 8). Muitas regiões prioritárias para a implantação e/ou ampliação do SPD não foram contempladas com recursos do BNDES para tal finalidade, principalmente na fronteira agrícola da região denominada de MAPITOBA – formada pelos estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e da Bahia –, grande produtora de grãos e algodão.

Em adição, considerando as áreas plantadas e a produção de milho e soja⁷ (Figuras 9 e 10), observa-se que, novamente, áreas altamente produtoras e prioritárias não foram contempladas com recursos do BNDES para o SPD.

O milho é plantado em praticamente todo o País, porém a sua maior produção concentra-se nos estados do Centro-Oeste, oeste da Bahia e Minas Gerais e em alguns municípios do Paraná (Figura 9). No caso da soja, apesar de ser plantada, em sua maioria, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, parte do estado do Pará e na região de MAPITOBA, sua produção concentra-se, sobretudo, no Centro-Oeste e no oeste da Bahia (Figura 10). Nesse caso, os recursos do BNDES destinados para o SPD, principalmente no Centro-Oeste, ficaram aquém do necessário, enquanto o oeste da Bahia contratou os maiores montantes de recursos para o SPD (Figura 8).

Enfim, ainda que o montante de recursos destinados para o Programa ABC não atenda todas as áreas prioritárias para a implantação das tecnologias do Plano ABC, observa-se, pelas análises descritas neste relatório, que algumas destas regiões foram contempladas. Além disso, os dados detalhados do BNDES, referentes às contratações do Programa ABC por finalidade de investimento, representam um avanço na governança do recurso e um passo para auxiliar o monitoramento do carbono mitigado por tecnologia de produção.

Por fim, ao comparar a análise aprofundada dos recursos desembolsados exclusivamente via BNDES, nota-se que não há diferença substancial com o que acontece com o recurso contratado diretamente pelo Banco do Brasil, segundo estudos anteriores do Observatório ABC.

⁷ A PRODUÇÃO DE MILHO NO BRASIL, JUNTAMENTE COM A DE SOJA, CONTRIBUI COM CERCA DE 80% DA PRODUÇÃO DE GRÃOS NO BRASIL.

FIGURA 8. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS DO BNDES PARA O PLANTIO DIRETO NAS SAFRAS 2012/13, 2013/14 E 2014/15 (ATÉ SETEMBRO DE 2014)

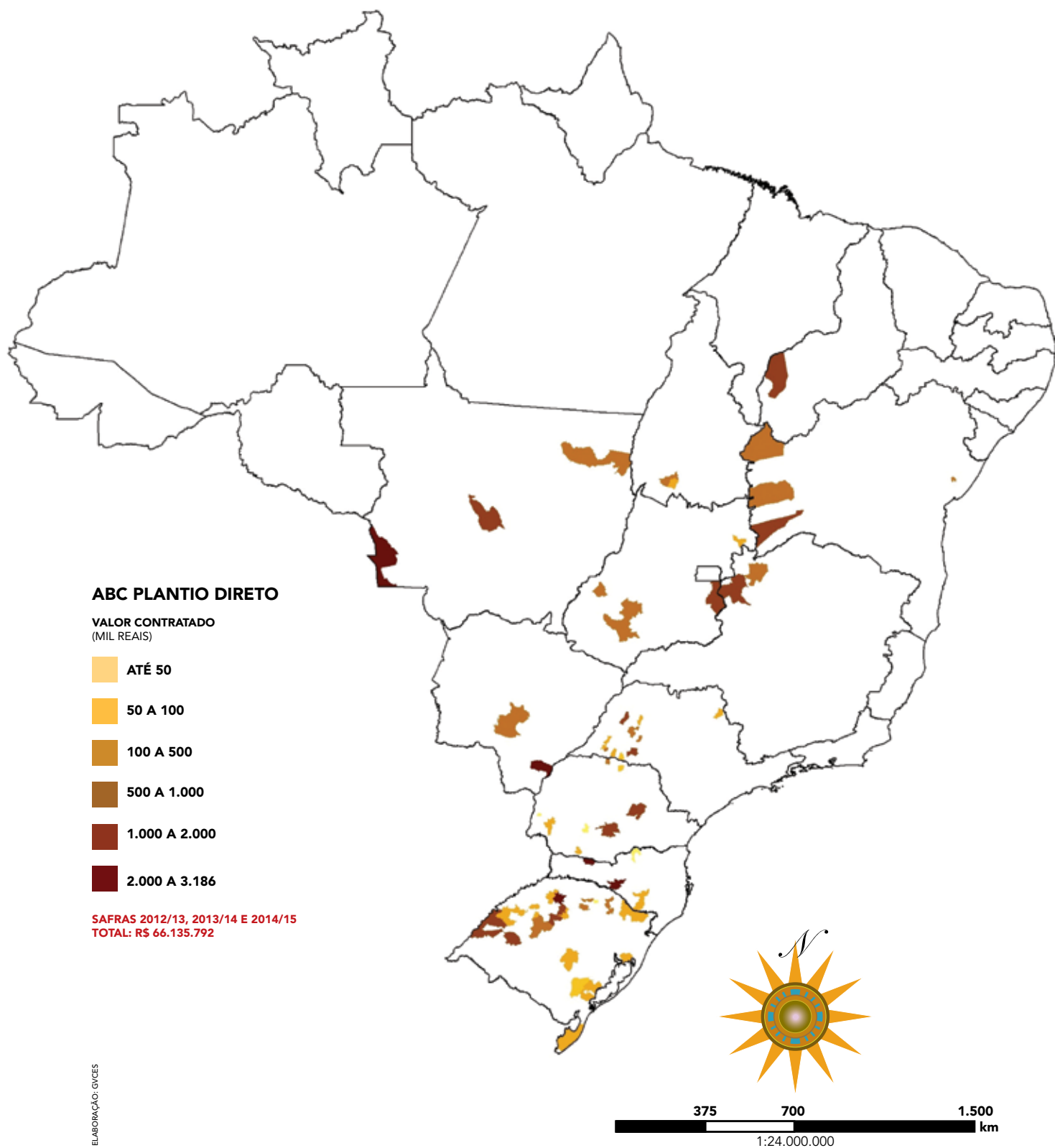
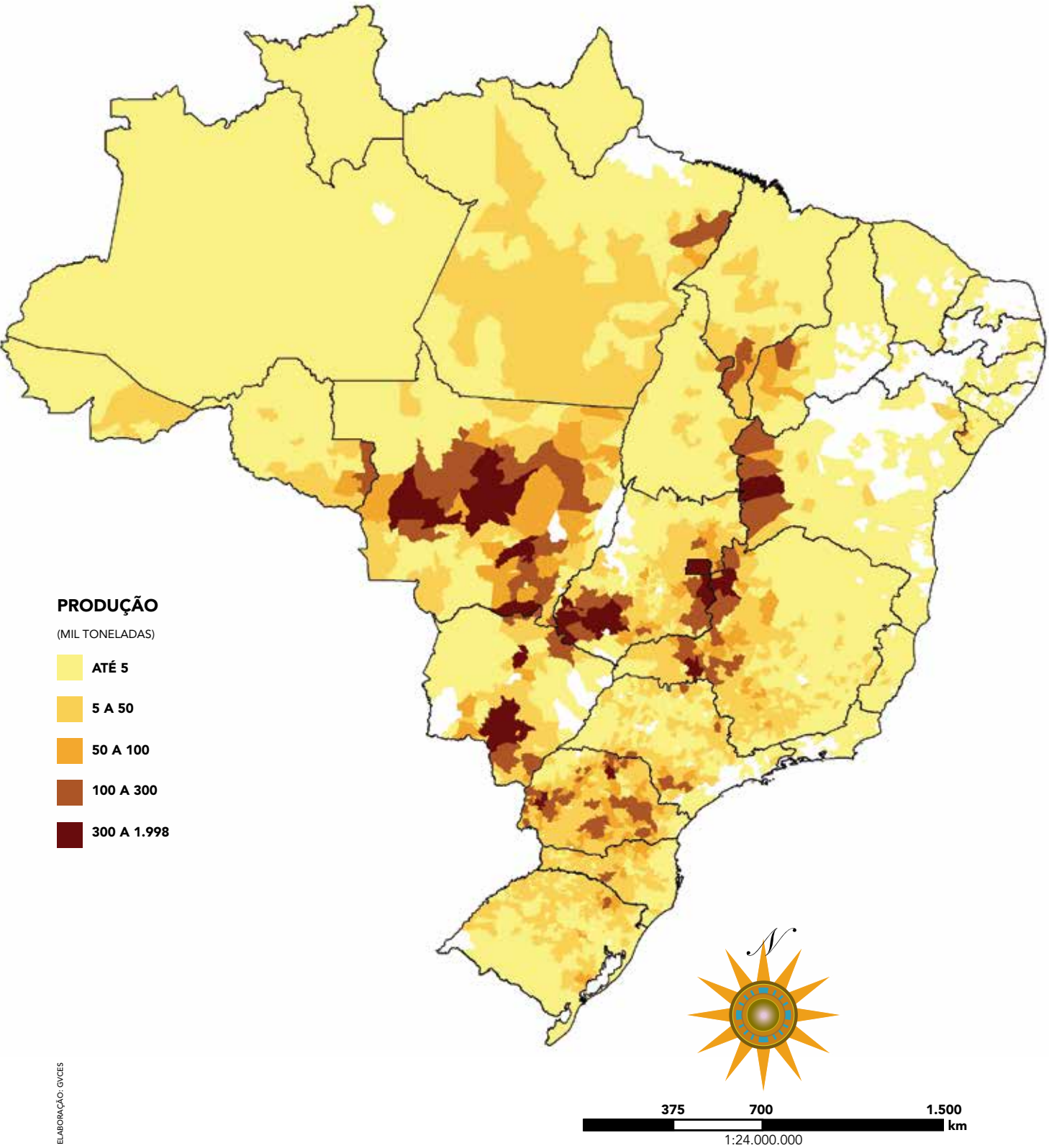
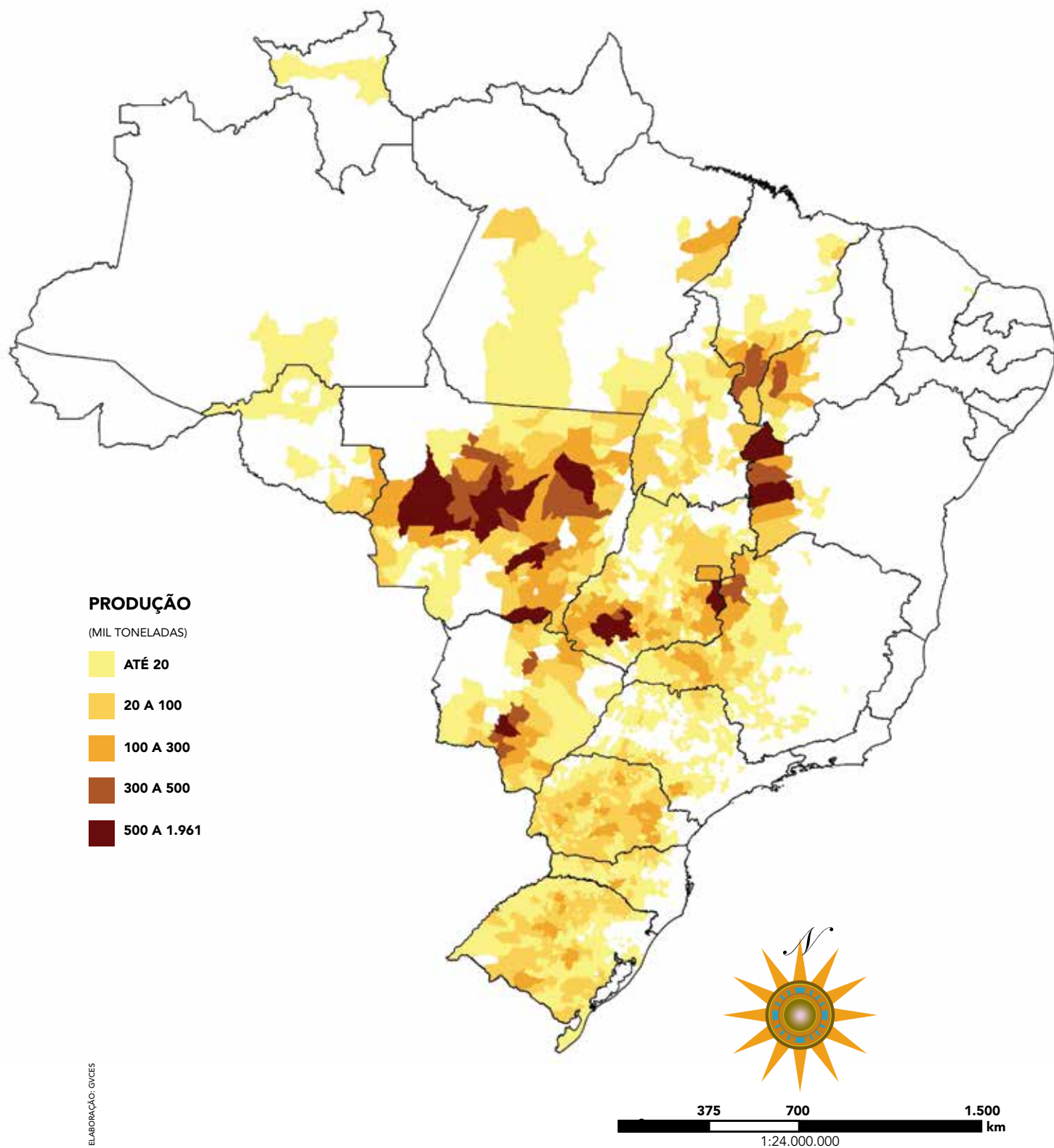


FIGURA 9. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS PLANTADAS E PRODUÇÃO DE MILHO NO BRASIL



ELABORAÇÃO: GYCES

FIGURA 10. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS PLANTADAS E PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL



CONSIDERAÇÕES FINAIS



financiamento da agricultura de baixo carbono no Brasil está fortemente atrelado à linha de investimento Programa ABC, o braço financeiro do Plano ABC. A promoção da agricultura de baixo carbono é essencial para o cumprimento da meta de redução de carbono, assumida pelo governo, tanto quanto o incremento da produtividade no campo. Isso porque há o aumento de matéria orgânica no solo, o que contribui para uma menor liberação de gás carbônico para a atmosfera e aumenta a cobertura do solo, protegendo-o contra a erosão.

Este relatório trouxe os principais resultados da contratação desse recurso, desde seu início até o mês de setembro da safra 2014/15. Nota-se que, apesar do desembolso estar em tendência de crescimento, em nenhum dos períodos anteriores, os produtores acessaram a totalidade dos recursos que lhes foram disponibilizados. Assim, existe uma oportunidade para que, na safra 2014/15, os produtores recebam os R\$ 4,5 bilhões destinados ao financiamento da agricultura de baixo carbono. Ao aprofundar a análise, focando as contratações realizadas via BNDES, nota-se uma queda do valor total desembolsado. Em 2010/11, foram contratados R\$ 418 milhões e, em 2013/14, sua participação caiu em 52%, sendo desembolsados apenas R\$ 200,23 milhões para o Programa ABC. Em contrapartida, a tendência do Banco do Brasil é inversa, de crescimento.

Ao observar a distribuição espacial do recurso, nota-se grande concentração nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul no Brasil, sendo que Norte e Nordeste

são áreas prioritárias para investimento. Quanto às finalidades de investimentos – para qual técnica menos emissora em carbono o recurso se destina –, existe ainda grande alocação em recuperação de pastagens degradadas, sendo que as demais atividades também possuem importância para a captação de carbono no campo e para o sucesso do Plano ABC.

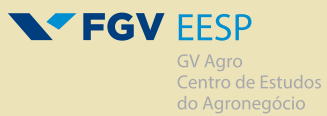
Além disso, ainda não está em funcionamento o monitoramento do recurso frente ao carbono mitigado *vis-à-vis* ao montante desembolsado. Esse cenário inviabiliza uma análise de efetividade do Programa ABC quanto à sua principal motivação, a redução da emissão de carbono no setor agrícola.

Cabe destacar que, desde 2012, tem havido avanços na governança do Programa ABC, implantados tanto pelo Banco Central, como pelo BNDES. Em 2012, o BNDES passou a classificar as operações do Programa ABC por finalidades de investimentos, e, em 2013, o Banco Central implantou o SICOR, sistema que permite à sociedade acompanhar as operações do Programa ABC com maior detalhamento.

O Observatório ABC seguirá acompanhando a evolução do crédito e as ações tomadas para que a agricultura brasileira construa e desenvolva um modelo de produção alinhado às políticas públicas que visam ao desenvolvimento sustentável do País.



WWW.OBSERVATORIOABC.COM.BR



APOIO:



Climate and
Land Use Alliance